

TEXTO 01

Juventude(s): discursos e conceitos



Introdução

Tomamos como ponto de partida para nosso diálogo sobre Juventude(s) e Políticas Públicas, neste curso, as seguintes questões: O que é juventude? Que discursos e compreensões a respeito da juventude você conhece? Será que os discursos sobre juventude apresentam o mesmo sentido ou carregam sentidos diferentes?

Imagino que muitos discursos, conceitos e compreensões foram pensados, até porque muitos deles podem ser encontrados no cotidiano, nas políticas públicas, nas elaborações teóricas e são reproduzidos tanto pelos(as) jovens, como pelos(as) profissionais que trabalham com jovens, mas também por gestores(as) de Políticas de Juventude e de outras políticas sociais, por mães e pais, enfim por uma infinidade de pessoas, afinal:

Juventude é um desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano (ABRAMO, 2005, p. 37).

Pois é, pense em uma palavra sobre a qual as pessoas sempre têm algo a dizer: de que ela é um estado de espírito, ou que é o futuro do mundo, ou mesmo que é uma fase perigosa e há quem afirme que ela seja revolucionária.

No entanto, muitas desses discursos circulam e são reproduzidos pelas pessoas sem muita reflexão, por isso chamamos atenção, neste módulo 1, de que para jovens, gestores(as) e profissionais que trabalham com esse público é fundamental, refletir teoricamente o que é juventude e compreender os discursos criados ao longo dos anos que disputam e continuam



disputando o direcionamento das ações, programas e políticas sociais e, consequentemente, as implicações na vida dos(as) jovens.

1. Questões sobre o termo Juventude(s)

Antes de apresentarmos definições sobre Juventude, destacamos algumas questões que precisam ser compreendidas a respeito do termo.

A primeira questão que precisamos compreender é de que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, a **Juventude não é um fenômeno natural, mas uma construção social e histórica**, que ocorreu durante a modernidade (PERALVA, 1997).

Mas entender que a juventude é uma construção social e histórica significa eliminar a importância dos aspectos biológicos tão presentes nessa idade, manifestados nas alterações do corpo? De forma alguma. As mudanças que ocorrem são reais e fazem parte do processo de desenvolvimento dos(as) jovens, especialmente, as que ocorrem no período dos 15 aos 18 anos, e precisam ser consideradas. O que chamamos atenção é de que as ideias e discursos que temos sobre juventude na atualidade são resultados de processos históricos e sociais que ocorreram na modernidade. Mas de que forma isso aconteceu?

A modernidade é responsável por efetivar o “processo histórico de construção das juventudes como hoje a conhecemos” (GROOPPO, 2000, p. 12)

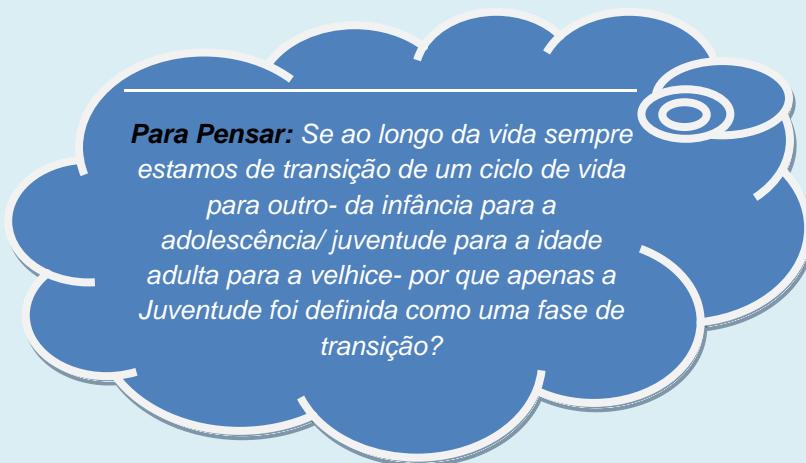
No processo de constituição da modernidade, que estabeleceu a razão, a ciência e a tecnologia como responsáveis pela organização da sociedade (TOURAINE, 1994), muitas mudanças ocorreram, como a separação entre espaço familiar e mundo exterior, a redefinição do lugar da criança no interior da família, a progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho, o estabelecimento de um processo de escolarização das crianças das classes populares, bem como a criação das idades da vida, ou seja, das faixas etárias- infância, juventude, vida adulta e velhice.



Fonte: Google imagens

Só que essa construção da ideia de faixas etárias ou ciclos de vida de forma ternária, ou seja, dependendo da idade as pessoas estudam, trabalham ou descansam ocorreu de forma homogênea e hierarquizada, como se todas as pessoas que têm a mesma idade vivenciassem processos e experiências iguais, assim como se algumas idades fossem mais importantes que outras.

E é assim que surge o discurso de **juventude como uma fase de transição**, como um tempo a mais de preparação para as tarefas consideradas do "mundo adulto", como trabalhar, constituir uma família, ser independente economicamente, dentre outros aspectos. A proposta era de que ser jovem significava ficar livre das obrigações do trabalho e se dedicar exclusivamente aos estudos e imprimindo esta compreensão como ideal de juventude até os dias de hoje.



Fonte: Google imagens

Destacamos que, ao partir da ideia de que todos os indivíduos com a mesma faixa etária passam pelos mesmos processos, independente da classe, grupo, sexo, região a que pertença, esta concepção de juventude como fase de transição institui um processo de socialização homogêneo, impondo a aquisição de elementos apropriados do mundo adulto, instaurado pelo Estado através

de instituições e práticas que se voltam para este fim, como a educação, esporte e o serviço militar.

Mas você acha que todos/as os/as jovens tiveram direito a isto? Infelizmente não. Abramo (2005) chama atenção para o fato que a experiência da moratória social- não trabalhar e se dedicar aos estudos- se restringiu aos/as jovens das classes médias e altas, porque muitos dos/as jovens pobres além de não ter acesso às instituições educacionais, precisavam trabalhar para se sustentar e contribuir com o sustento da família.

Como a realidade revela que a juventude nem sempre é bem demarcada e vivida da mesma maneira pelas pessoas que compartilham da mesma faixa etária, a definição de critérios universalistas e homogêneos de vivenciar a juventude não se sustenta diante dos problemas sociais pelos quais jovens da classe trabalhadora passavam e a resistência que muitos/as destes/as jovens protagonizavam diante dos projetos disciplinalizantes instituídos (SAVAGE, 2009).



Fonte: Google imagens

É desta forma que as instituições e as ciências humanas e sociais se voltam para compreender e intervir no que consideraram falhas e disfunções do processo de integração, criando o discurso de **juventude como problema e ameaça social**, bem como justificando a intervenção de instituições disciplinares sobre a juventude, na perspectiva de trabalhar o que é considerado descompasso, contradição, inadaptação e conflito existentes nas juventudes reais em relação aos ideais das idades adultas.

É esta compreensão da juventude como problema que se legitimam aquelas famosas frases dirigidas e também ditas por muitas mães/pais, educadores(as), gestores(as): "Deixa teu/tua filho(a) chegar nessa idade para você ver como é bom"; "Que idade complicada essa da juventude, como é difícil trabalhar com ela", dentre outras.

Será que de fato essa é uma fase complicada ou a dificuldade reside nas nossas dificuldades, enquanto adultos(as), em reconhecer e contribuir com o processo de constituição da autonomia dos(as) jovens e de estabelecer relações mais democráticas?

A compreensão da juventude como uma fase problemática faz com que grande parte dos problemas sociais sejam creditados na conta da juventude e nos seus anseios de diferenciação, firmando no imaginário social a associação entre juventude e as questões de cada tempo, quando, no século XIX, em meio ao individualismo exacerbado e a criminalidade, “o jovem emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana” (GONÇALVES, 2005, p. 208).

Mais do que isso, ressalta Abramo (1997, p. 29) que a juventude presente no pensamento e na ação social como problema, “como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social” tem na moral a principal problematização, onde a coesão moral da sociedade e a integridade moral do indivíduo passam a orientar as intervenções com jovens.

*Com quais problemas os(as) jovens que você trabalha enfrentam?
Desemprego? Violência? Uso de drogas?*

Você acha que estes são problemas próprios dos(as) jovens, causados e vividos por eles(as)? Ou são problemas oriundos da forma como nos organizamos em sociedade, dos quais, além dos(as) jovens, todas as outras faixas etárias enfrentam em maior ou menor escala?

Visualizar as mudanças nos discursos sobre Juventude revela a segunda questão que precisamos compreender, qual seja: de que **Juventude não é um conceito imutável**.

Novaes (2003) afirma que as definições sobre o que é ser jovem, quem e até quando uma pessoa é considerada jovem têm sofrido mudanças no tempo e no espaço, sendo resultado de disputas políticas, econômicas e entre as gerações. Tais mudanças ocorrem nos discursos a

respeito do que é juventude, nas definições legais, na cronologização de quem é jovem, dentre outros aspectos.

Um exemplo disso são as alterações na cronologização da juventude: Se até 2005, os(as) jovens eram considerados indivíduos que estavam na faixa etária dos 15 aos 24 anos, pelo Governo Federal, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2006, ocorrem mudanças na definição cronológica da juventude, que passa a ser representada pelas pessoas na faixa etária dos 15 aos 29 anos (CONJUVE, 2008).

2. Definindo o que é Juventude

Observar o processo de constituição da juventude pela modernidade, como fizemos no item anterior, permite perceber o percurso dialético entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia, ainda quando é reprimida, contida ou absorvida pela estrutura social.

Conceber a condição juvenil como dialética significa reconhecer que há uma relação de contradição entre sociedade e juventude, demonstrando que as trajetórias de jovens oscilam:

[...] no duplo movimento que envolve integração *versus* inadaptação, socialização *versus* criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais *versus* identidades juvenis, institucionalização *versus* informalização, homogeneização *versus* heterogeneidade e heterogeneização, cultura *versus* subculturas etc. Pode-se, deste modo, interpretar que desde o início do «percurso» das juventudes na modernidade houve possibilidades e concretas ações de protagonismo juvenil, criação de identidades diferenciadas, resistências e subculturas (GROOPPO, 2010, p. 9).

Dessa forma, acreditamos que, em toda a trajetória de construção de um ideal ou um modelo de juventude, estratégias e discursos foram construídos no campo das ciências sociais e humanas, das instituições sociais e políticas, e no cotidiano de jovens que resistiram e questionaram os processos disciplinadores a que foram submetidos desde a modernidade, construídos pelas ciências, Estado, juristas e educadores(as).

Por outro lado, destacamos que identificar as resistências dos(as) jovens aos projetos de ajustamento e disciplinamento ao longo da história não significa afirmar que todos(as) os(as) jovens são revolucionários ou "querem mudar o mundo", até porque a depender dos projetos

societários a que os(as) jovens se associem, eles/as podem assumir posturas extremamente conservadoras, basta lembrar dos(as) jovens que seguiram Hitler, que defenderam a ditadura (...).

A juventude, enquanto categoria social, é possuidora de representações simbólicas e situações sociais fabricadas pelos grupos sociais ou mesmo pelos(as) próprios(as) jovens para "significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos", operando no imaginário social, mas também é uma situação concreta real "vivida em comum por certos indivíduos" (GROOPPO, 2000, p.8)

Por outro lado, a juventude se constitui de uma experiência real, vivida e partilhada pelos indivíduos, ainda que de forma diversa e múltipla, integrada a outras categorias sociais e condicionantes históricos, que resultam no reconhecimento de diversas formas de viver a juventude (ALBUQUERQUE, 2014).

Lembre dos(as) jovens com os(as) quais você trabalha. Que diferenças e semelhanças possuem? Você acha que as trajetórias e experiências de vida são as mesmas? Não são iguais, não é mesmo? Você considera que a Política Social com a qual você trabalha reconhece e respeita essas diferenças?

Reconhecendo essa diversidade é que justificamos a utilização do termo no plural, ou seja, Juventude(s), porque as questões de gênero, raça, origem, território, religião, classe social, dentre outros aspectos diferenciam os(as) jovens e imprimem trajetórias e experiências diferenciadas, algumas com acesso a direitos sociais e muitas outras marcadas pela negação de direitos sociais.

Desta forma, com base em Dayrell e Gomes (s.d., p. 4), enfatizamos a importância de que a juventude deve ser entendida:

[...] como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Enfim, podemos dizer que não existe um único modo de ser jovem.

Ou seja, nessa perspectiva, a juventude adquire sentido em si mesma, e não como fase de transição ou etapa problemática, na qual jovens, a partir de suas diversas vivências, dependendo



das condições desiguais a que são submetidos na sociedade, devem ser considerados como sujeitos.

Reconhecer o(a) jovem como sujeito social significa reconhecê-lo(a) como ser humano aberto a um mundo que possui historicidade, onde se posiciona na relação com outros seres humanos que também são sujeitos.

Significa, pois, reconhecer os seres humanos com capacidade de pensar, falar, interpretar, expressar seus sentimentos, opiniões, se posicionar no processo interminável de construção e reconstrução enquanto sujeitos. Esta postura não se limita ao âmbito teórico, mas deve ser assumida como postura metodológica e ética no cotidiano, nas políticas sociais, nas relações que estabelecemos com jovens (DAYRELL, 2003).

Conclusão

Compreender que a juventude foi criada como categoria histórica e social no processo de constituição da modernidade, assim como que há mudanças nos discursos e na forma de definirmos a juventude permite nos posicionarmos de forma consciente sobre quais discursos defenderemos e reproduziremos no cotidiano, nas políticas sociais, nas relações e nas ações que desenvolvemos com jovens, bem como quais são os discursos que orientam as políticas sociais com as quais trabalhamos.

A Política de Assistência Social, por exemplo, é uma das principais políticas sociais que atende aos jovens com trajetórias marcadas pela negação e fragilidade de direitos sociais, tendo como proposta garantir proteção social a este público. Você consegue identificar quais concepções de juventude estão presentes nas normativas e no cotidiano desta política?

Ao longo do curso, você terá oportunidade de conhecer outros discursos sobre juventude, especialmente as que circulam e são reproduzidas na contemporaneidade. No próximo módulo, nos deteremos nos principais marcos em defesa dos direitos e políticas da(s) juventude(s) no contexto internacional, nacional e estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 25-35, 1997.

Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo; Porto Alegre: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37- 72.

ALBUQUERQUE, J. **A racionalidade de um discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento**. Recife: UFPE, 2014. (Tese de Doutorado em Serviço Social).

DAYRELL, J. O Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma. (s.d.). **A Juventude no Brasil**. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/19457852/.../name/JUVENTUDE+NO+BRASIL.pdf>. Acesso em 08.09.17.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2 , p. 207-219, 2005.

GROOPPO, Luiz Antônio. **Juventude**: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, n. 33 , p. 11-26, 2010

NOVAES, R. (2003). Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: M. V. FREITAS, & F. PAPA (Org). **Políticas Públicas**: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 15-24, 1997.

SAVAGE, John. **A criação da Juventude**: como o conceito de teenager revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SNJ; CONJUVE. **Documento Base da 1ª Conferência Nacional de Juventude**: Levante sua Bandeira. Brasília, DF: SNJ; CONJUVE, 2008.

TOURAIN, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.